

## DO DIREITO PARA A CIÊNCIA POLÍTICA SOB OS DESCAMINHOS DA POLÍTICA: ENTREVISTA SOBRE O PROF. OSWALDO GUSMÃO<sup>1</sup>

Carlos Eduardo Oliva de C. Rêgo<sup>2</sup>

**RESUMO:** Entrevista sobre a trajetória do professor Oswaldo Herbster de Gusmão (1922-2015) – concedida por seu filho, Prof. Paulo Gusmão, no âmbito da pesquisa realizada pelo autor para elaboração de sua tese de doutorado em Ciência Política – defendida junto ao PPGCP/UFF com o título de *Sob os (des)caminhos da Política: a Ciência Política na FNFfi/UB e no IFCS/UFRJ e as trajetórias de seus professores* –, tendo sido o único professor de Ciência Política da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da Universidade do Brasil que, impedido de lecionar pelo regime militar (1964-1985), retornaria ao quadro de docentes do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da UFRJ ainda no início da década de 1980, após a chamada *Lei da Anistia*, a Lei nº 6.683/79, como professor titular de Ciência Política deste instituto. Nos marcos do interesse da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) de estabelecer uma memória da Ciência Política no Brasil e após 55 anos do Golpe Militar de 1964 e 50 anos das cassações de tantos professores do IFCS ocorridas em 1969, além de estarem se completando os 80 anos da criação do curso de Ciências Sociais do atual IFCS/UFRJ, recuperarmos a memória da trajetória do Prof. Oswaldo Gusmão é não só contarmos uma parte importante da história das Ciências Sociais no Brasil, mas também nos lembrarmos do quanto os (des)caminhos da política já atingiram este campo, deixando profundas marcas nas trajetórias individuais e institucionais.

56

**PALAVRAS-CHAVE:** Universidade, Ciência Política, memória, trajetória e histórias de vida.

**Carlos Eduardo Oliva** – Eu agradeço pelo senhor dar esse depoimento para a gente sobre o seu pai, que é uma figura que tem uma importância bem específica nessa história, e queria começar sabendo um pouquinho sobre a trajetória de vida do Oswaldo Gusmão, antes até do que a trajetória acadêmica dele... que a gente começasse, assim, numa linha

<sup>1</sup> Entrevista – realizada no âmbito de minha pesquisa para elaboração da tese de doutorado em Ciência Política, defendida junto ao PPGCP/UFF com o título de *Sob os (des)caminhos da Política: a Ciência Política na FNFfi/UB e no IFCS/UFRJ e as trajetórias de seus professores* – gentilmente concedida pelo Prof. Paulo Camillo Pinto Gusmão, filho do Prof. Oswaldo Herbster de Gusmão, a respeito de seu pai, gravada em 17 de agosto de 2017, na residência do entrevistado, em Niterói/RJ. Agradeço pela recepção ao estimado Prof. Paulo Gusmão, além de agradecer por sua autorização para gravarmos essa conversa e a publicarmos. A presente versão se trata praticamente de uma transcrição do nosso diálogo, que passou por uma revisão feita pelo próprio Prof. Paulo Gusmão, sem maiores alterações.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Sociologia do Colégio Pedro II. Doutor e Mestre em Ciência Política pela UFF, Especialista em Ensino de Sociologia pelo Colégio Pedro II, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela UFRJ e graduando em Direito pela UERJ. Desde 2015, vem pesquisando sobre trajetórias de vida de professores de Ciência Política da FNFfi/UB e do IFCS/UFRJ.

mais cronológica: onde e quando ele nasceu, o ambiente familiar, aquilo que o senhor se lembrar...

**Paulo Camillo P. Gusmão** - Antes de mais nada, agradeço essa oportunidade de poder falar do meu pai, da história dele, que é uma história importante, relevante, com muita coisa que muita gente desconhece. Principalmente por trazer à luz as suas ideias, aquilo pelo que ele batalhava, por conta do que ele queria que se refletisse a respeito, que é o objeto desse trabalho. Com relação à sua trajetória, a origem do Oswaldo Gusmão remonta ao Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, lá de Itinga mais especificamente. Não tenho certeza se a minha avó nasceu lá ou não, mas pelo lado paterno a origem da família eu sei que a origem é de lá, embora ele tenha nascido em Belo Horizonte. Eram quatro irmãos, dos quais só está viva uma tia minha, que era a irmã mais nova de todos, que mora em Sete Lagoas ou Três Lagoas. E também, dois primos-irmãos, filhos do irmão do meu avô junto com a irmã da minha avó, que faleceu cedo, foram criados pela minha avó e meu avô. Um deles, o Roberto Gusmão, era muito próximo do meu pai. Eram muito amigos. Viveram muita coisa juntos na vida, principalmente até a juventude, nos tempos de faculdade. Depois em um determinado momento, com a carreira profissional, se separaram, mas sempre mantiveram um contato muito estreito.

**C.E. — Os dois provavelmente militaram juntos no movimento estudantil?**

**P.** — Acredito que sim, no tempo do Getúlio. Ele começou, não sei ao certo, ainda na adolescência dele ou na sua juventude, como estudante universitário, sua atuação política na resistência contra a ditadura de Getúlio. Ele disse algumas vezes, mas sem entrar em detalhes, que participou da resistência contra a ditadura do Getúlio Vargas e contra o governo Dutra também. Ele contou certa vez que participou da Juventude Democrática da UDN, ou Esquerda Juventude Democrática. Foi logo depois de 1945, fim da ditadura varguista, fim da Guerra, eleição do Dutra. Também participou da campanha “O Petróleo é Nosso” e da defesa da soberania nacional. Sempre foi um democrata, mas antes de tudo um socialista, preocupado com a questão social, fundamentalmente com os trabalhadores.

**C.E. — Ele era nascido em 1922?**

**P.** — Ele nasceu em 1922.

**C.E. — Então em 1945 ele tinha 23 anos.**

P. — Em 1945, 23 anos, e devia estar se formando. Ele chegou a ser pracinha, mas não viajou, não chegou a ir para a guerra. Foi nessa época que teve essa atuação, que ele se formou em Direito.

**C.E. — Na UFMG?**

P. — Na UFMG. Eu não sei se esse era o nome nessa época. Na Faculdade de Direito de lá. Meu tio Roberto Gusmão também fez Direito, eles entraram juntos nessa época.

**C.E. — A profissão do pai do Oswaldo Gusmão era médico?**

P. — Médico.

**C.E. — Ele nunca teve a pretensão de segui-lo?**

P. — Não, ele sempre se identificou muito com o Direito e, dentro do Direito, ele chegou a trabalhar um período com a questão penal, mas ele acabou derivando muito para a questão do Direito, Direito Administrativo, do Setor Público, do Estado. No início da carreira dele, ele trabalhou com Direito Penal. Mas sempre teve uma atuação política. Ele foi do Partido Socialista Brasileiro de Minas Gerais e chegou a disputar a eleição como candidato a prefeito do PSB de Minas, a prefeito de Belo horizonte. Ele nasceu em Belo Horizonte, disputou a candidatura lá. Ele perdeu a eleição, porque o PSB era um partido fraco frente à UDN e ao PSD. Em Minas, quem que mandava era principalmente o PSD. O PSB sempre foi um partido relativamente fraco, que acabou sendo extinto com o golpe [de 1964]. No começo dos anos 1960, ele se mudou para o Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte ele foi professor lá da Faculdade de Direito e da Faculdade de Economia.

**C.E. — E ele foi professor também da FACE, de Política.**

P. — Ele deu aula na Faculdade de Direito e na Faculdade de Ciências Econômicas, ambas da federal de Minas, que só se chamava Universidade de Minas Gerais.

**C.E. — É isso mesmo.**

P. — Ele deu aula em Minas e quando ele foi para o Rio, eu acredito que ele já foi com a transferência e já começou a dar aula na FNFfi. Nesse tempo ele já estava ou já começou a participar do ISEB, de toda aquela efervescência, de toda a discussão política daquele

período do início dos anos sessenta. Ele tinha uma reflexão aguda muito crítica sobre as questões do Estado, sobre as questões políticas. Ele tinha uma base teórica sólida, discutia politicamente nesses âmbitos. Algumas figuras ele citava com muita admiração e respeito, como o Ignácio Rangel, além de outros que participaram das discussões e formulações políticas daquele período. Na época era professor da Faculdade Nacional de Filosofia. Aí já derivou mais para a Filosofia e Ciências Sociais, para a Ciência Política, com um enfoque maior na Teoria do Estado, mas sem abandonar suas concepções e sua fundamentação nas Teorias do Direito. No período em que lecionou na FNF, no Rio de Janeiro, havia um grupo pensante, de formulação mais crítica, composto por muitos professores alunos de lá, que participavam daquele momento político, que atuaram no movimento pró-reforma do tempo do Jango e, depois, na resistência à ditadura militar no pós-1964. Antes de ir para o Rio de Janeiro, ainda morando em Belo Horizonte ele participou da campanha pela chapa Jan-Jan. Naquela época presidente e vice-presidente eram eleitos separados, diferente do que é hoje, e fizeram uma chapa Jânio [Quadros] e Jango [João Goulart]. Jânio Quadros, eleito presidente, renunciou sete meses após sua posse. Mas os setores conservadores da política e da elite brasileira, junto com lideranças militares não queriam deixar que o Jango, vice-presidente eleito, assumisse a Presidência da República. Houve um expressivo movimento de resistência a essa tentativa, capitaneado principalmente pelo Leonel Brizola. Ao mesmo tempo, pelo que eu soube, havia uma divisão importante entre os militares. Um grupo não queria nenhum diálogo e queria interromper o processo ali mesmo e assumir o poder do Estado. Para outro grupo, que prevaleceu, não era a hora ainda. Tinha principalmente um movimento de resistência popular muito forte, muito organizado, com destaque para o expressivo movimento de resistência capitaneado por Leonel Brizola. Chegou-se a um grande acordo para solucionar o impasse daquele momento. As duas principais questões acertadas era a implantação do Parlamentarismo, com Tancredo assumindo como primeiro-ministro, e que o Jango, que estava na China em viagem oficial, não cumprisse seu compromisso com o Brizola de passar no Rio Grande do Sul, um dos principais focos de resistência pela democracia. Esse talvez fosse o principal empecilho, pois Brizola, e a resistência gaúcha, não admitiam que Jango não passasse pelo Rio Grande do Sul, rompendo o compromisso assumido com Leonel Brizola. Esse impasse foi resolvido com Jango passando pelo Rio Grande do Sul, mas sem discursar. Em todo esse processo que se

iniciou em 1960, já morávamos no Rio de Janeiro. No meio de um intenso movimento social, em defesa das reformas de base, foi convocado um plebiscito para que a população escolhesse entre parlamentarismo e presidencialismo, que teve uma vitória esmagadora para o presidencialismo. Em decorrência, Jango assumiu a chefia do Governo e montou sua equipe. Quando o Jango assume o Governo, o Darcy Ribeiro, que antes era reitor da UNB, é chamado para ocupar a chefia da Casa Civil da presidência da República. Meu pai e o Darcy Ribeiro participaram ativamente da ebulição política daquele momento, do processo de discussões políticas que ocorria. Quando assumiu a Chefia da Casa Civil, Darcy Ribeiro convidou meu pai para ser sub-chefe da Casa Civil. Na ocasião ele se licenciou da FNFfi. Ele era também assistente jurídico da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, no Estado do Rio de Janeiro, do qual também se licenciou. Ao assumir a sub-chefia da Casa Civil, sua família, permaneceu residindo no Rio de Janeiro. Como passava a maior parte do tempo em Brasília, em função de suas atribuições no Governo Federal, sempre que podia ficava viajando entre Brasília e Rio de Janeiro. Embora nosso contato fosse muito menos frequente do que tínhamos com ele antes, importa destacar que ele sempre foi muito zeloso com todos nós, e sempre buscou manter o contato mais frequente possível conosco, em uma época em que os meios de transporte e de comunicação eram muito mais restritos que os atuais. As viagens tinham que ser feitas de carro e as comunicações eram por telefone, interurbano, e por cartas. Fomos a Brasília algumas vezes, de carro, não avião. Não era fácil e rápido que nem hoje. Fomos lá algumas poucas vezes, não mais que duas. Ele ia e voltava frequentemente de Brasília para o Rio de Janeiro. Ele nunca contou muitos detalhes daquele processo para nós. Ele era uma pessoa muito reservada, embora muito sociável, um bom mineiro “contador de casos”. Mas sempre soube separar os ambientes em que transitava de sua vida familiar. Essa sua qualidade fui aprender, fui perceber nele com o tempo, sua grande capacidade disso. Em decorrência do golpe militar de 1964 ele passou um ligeiro período preso, além de ter que responder a IPMs [Inquéritos Policiais Militares], que foram todos arquivados. Além disso ele foi demitido da CSN, uma empresa estatal, e foi exonerado da Casa Civil, do Ministério do Trabalho e da FNFfi. Dos dois últimos, estava licenciado em função de seu cargo e suas atribuições na Sub-Chefia da Casa Civil da Presidência da República, Foi um período de muitas dificuldades, pois perdeu as fontes de remuneração que permitiam prover sua família, além de afastá-lo compulsoriamente das atividades que o

realizavam e que lhe possibilitavam contribuir para a construção de uma sociedade menos desigual, mais justa e soberana. No final de 1965, percebendo que a situação estava se tornando mais complicada, com o aprofundamento da Ditadura Militar, em particular com a edição do Ato Institucional nº 2, ele foi para o Chile, logo depois. O Milton Campos, ministro da Justiça do Castelo [Branco] na hora do golpe, no primeiro momento, quando assinou o Ato Institucional, o primeiro, ele chegou para o Castelo e disse: “presidente, Ato Institucional nº 1 eu entendo, uma nova ordem, um novo ordenamento, dada a situação que estava. Agora, Ato Institucional nº 2 é ditadura, e disse eu não faço parte”. O Milton Campos era importante tanto com uma liderança civil importante para conferir uma imagem conservadora, mas liberal, ao Regime Militar, mas também, em função de seu cargo, para coibir uma ação mais intensa da repressão e tortura nos quartéis. Essa história ele me contou. No Brasil, nos tempos do ISEB, e na sua participação no Governo e nas discussões políticas daquele período, ele conviveu com figuras importantes da política nacional, como Plínio de Arruda Sampaio, Franco Montoro, Tancredo Neves assim como o Ulisses Guimarães, além do João Goulart, do próprio Darcy Ribeiro e do Waldir Pires, com quem trabalhou no Governo do João Goulart, além do pessoal do ISEB.

**C.E.: Ele nunca chegou a comentar muito sobre o ISEB ou sobre o Victor Nunes Leal também?**

**P.:** Não que eu me lembre. Pode até ter comentado, mas nessa época, entre 1962 e 1964, eu tinha entre 10 e 12 anos, não lembro de ter comentado sobre eles. Mesmo posteriormente, de quem me lembro ele ter comentado, era o Inácio Rangel. Como disse antes, no final de 1965, ele acabou indo para o Chile. Minha mãe, meu irmão, eu, minhas irmãs, fomos todos para a casa da minha avó paterna em Belo Horizonte, até o meu pai se estabelecer. No Chile ele deu aula na Universidade do Chile. Ele morou com o Francisco Weffort lá. Uma outra pessoa relevante que ele conhecia, que estava lá na mesma época era o Paulo Freire, muito forte, além das afinidades de concepção de mundo. Não sei se o Fernando Henrique estava lá na mesma ocasião.

**C.E. — Ele chegou a morar com o Weffort?**

**P. —** Morou sim. Ele deu aula a Universidade Nacional do Chile até abril de 1966. Ele saiu de lá quando recebeu uma proposta para ir trabalhar em um organismo da ONU para

a América Central, a ESAPAC, Escola Superior de Administração Pública da América Central, cujo nome posteriormente mudou para ICAP, Instituto Centroamericano de Administração Pública. A missão dessa organização era apoiar os governos centroamericanos através da formação dos profissionais desses governos em gestão pública. Orçamento e Gestão Orçamentária, Administração Pública, Direito e Administração Pública em geral e de pessoal, Direito Público, Teoria do Estado, e outras, eram disciplinas relevantes para os objetivos da organização. Eram cursos ministrados por especialistas latino-americanos nas diferentes áreas da gestão pública, nos governos da América Central. A atuação do professor Oswaldo Gusmão se concentrou principalmente em transmitir conhecimentos de Direito Público, Teoria do Estado e o papel do Estado na promoção do Desenvolvimento, para os gestores públicos dos Governos dos Países do Istmo Centroamericano, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala.

**C.E. — A sede do ICAP ficava em Costa Rica?**

P. — Sim, em Costa Rica.

62

---

**C.E. — Ele ficou sediado em Costa Rica mesmo e viajando pelos países da América Central?**

P. — Sim. A sede do ICAP era em Costa Rica, em sua capital, San José. Havia *experts* ou *consultores*, que chamavam de *espartos*, palavra em castelhano, especializados nas diversas áreas da gestão pública mencionadas que ministravam cursos de formação aos profissionais dos Governos da América Central. Como disse antes, a área de atuação do meu pai era em Direito Público, Teoria do Estado, e o papel do Estado na promoção do Desenvolvimento. Essa experiência, em minha opinião pessoal, em muito contribuiu para ele desenvolver e aprofundar seus conhecimentos e suas convicções sobre a importância fundamental do Estado e seu papel no fomento ao desenvolvimento, em particular na América Latina, mas também em termos gerais. Essa experiência, creio eu, foi fundamental para ampliar e consolidar seu amor e seu compromisso com a América Latina. Sentimentos que absorvi dele. Ele leu muito, e introduziu em nós o gosto pela literatura latinoamericana, em especial Garcia Márquez, Mario Vargas Llosa, Castañeda, Júlio Cortázar, Manuel Puig, Juan Rulfo, um conjunto de autores que conformavam uma

nova visão da América Latina. Ele sempre leu muito, tanto literatura como livros e estudos teóricos e técnicos e os considerou muito em todos os seus estudos, e em particular em sua atividade acadêmica. Ele tinha uma especial consideração pelos estudiosos da CEPAL – *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* – que era composta por um conjunto de estudiosos latino-americanos que refletiam sobre a realidade da América Latina. Entre eles Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, José “Pepe” Num, Oswaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares, entre outros importantes pensadores, que construíram um corpo teórico próprio para a interpretação da realidade latino-americana e proposição de solução para os dilemas da região, tanto econômicos quanto sociais, que pensavam e formulavam teorias sobre a América Central com um olhar latinoamericano.

**C.E. – E a família foi para Costa Rica?**

P. – Minha mãe com as minhas irmãs pequenas – 10 e 6 anos, respectivamente – foram para Costa Rica em meados de 1966. Meu pai já se estabelecera em Costa Rica, já estava trabalhando no ICAP, já tinha providenciado uma residência. Meu irmão e eu, como estávamos em meados do ano, e para não prejudicar nosso calendário escolar, fomos para Costa Rica no final de 1966. Lá ingressamos no *Lincoln High School*. Meu irmão, no que seria o equivalente início do segundo grau; e eu, no que correspondia ao final do primeiro grau. Perto do final, o *Lincoln High School* tinha os dois cursos: o *bachillerato*, que era o curso equivalente ao primeiro e segundo graus na América Central, em espanhol. Tinha também o *High School*, do primeiro ao décimo-segundo, americano, em que quase a totalidade dos alunos eram americanos.

**C.E. – Em Costa Rica...**

P. – Em Costa Rica. Nós fizemos o *bachillerato*. O que mais misturava os alunos dos dois cursos era o esporte. Os americanos tinham uma preferência nítida pelo basquete. E também um pouco de vôlei. Entre os latinoamericanos predominava o futebol. Vivemos nossa adolescência lá, convivendo com os adolescentes de lá, tanto para brincar, como para frequentar turmas, festas. Voltei para o Brasil, uns dois anos depois, no meio do ano de 1968. Inicialmente fui para Belo Horizonte, concluir o primeiro ano do colegial, atual segundo grau. Meu irmão tinha voltado no início do ano para fazer cursinho, se preparando para o vestibular para o próximo ano. O meu pai já sabia que ele ia voltar em



meados do segundo semestre de 1968. Ele voltou em outubro, com o convite para dar aula na Fundação Getúlio Vargas. Minha mãe e irmãs vieram junto com ele. Naquele momento ainda era possível, eles o convidaram e ele aceitou. Havia uma perspectiva de abertura democrática.

**C.E. — Em 1967?**

**P.** — Em 1968. Mas esse ano foi marcado por uma reação popular mais intensa contra a ditadura militar. Houve a passeata dos cem mil no Rio, o próprio movimento estudantil em São Paulo, cujo ápice foi a guerra da Maria Antônia, o Congresso da UNE em Ibiúna, alguma mobilização sindical. Essas mobilizações foram usadas para justificar a edição do AI-5. Mas segundo outras versões que ouvi mais tarde, por diversas pessoas, é que aquelas mobilizações serviram de pretexto, de justificativa formal, para o AI-5, que, de fato, foi um golpe dentro do golpe. Era resultado de uma briga interna dentro das Forças Armadas, principalmente no Exército. Essa não era a visão do professor Oswaldo Gusmão, mas sim o que ouvi em diferentes discussões políticas que participei posteriormente, que sustentavam que o AI 5 “já estava armado”. O meu pai voltou nesse período para dar aula, na Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo. Logo depois de chegar em São Paulo. Lembro perfeitamente do dia 13 de dezembro de 1968, que me marcou. Estávamos voltando da casa do meu tio, creio que uma sexta-feira 13. Meu pai estava de férias na época, era professor, estava voltando da casa do meu tio, e ouviu na *Hora do Brasil* o Lira Tavares, ministro do Exército na ocasião, lendo o AI-5. Meu pai ficou meio passado, eu lembro mais ou menos da expressão da cara dele.

**C.E. — No carro dele?**

**P.** — Sim. Voltando da casa do meu tio para nossa casa.

**C.E. — Do tio Roberto?**

**P.** — Do tio Roberto. Uma visita de família. Passamos a tarde lá.

**C.E. — Você lembra dele ouvir essa leitura na *Hora do Brasil*?**

**P.** — Lembro sim, no carro.

**C.E. — Era o senhor e ele no carro?**

P. — Não, estava a família toda no carro. Logo depois, não sei se por um ato específico, foi determinado que quem já tinha sido punido em decorrência de um Ato Institucional ou ato ou decreto dele derivado, estava proibido de lecionar em qualquer estabelecimento de ensino. Essa determinação estava alinhada ao que já dispunha o Decreto-lei 477. Em decorrência disso, teve que ser desligado da Fundação Getúlio Vargas. No período de seu retorno ao Brasil, muita gente passou de uma certa euforia democrática a uma falsa euforia, que não se revelou, uma falsa esperança que não se concretizou. Pelo contrário, ficou pior. Meu pai não chegou a ser preso, mas teve que arranjar outras saídas para sobrevivência. Foi nesse momento que foi para a iniciativa privada, como advogado. Ele fez assessoria jurídica para a uma empresa de planejamento de Engenharia, a ASPLAN, eu acho. Em seguida trabalhou na Promon Engenharia. Lá na Promon, na minha opinião tem início um novo grande ciclo da vida da dele, que entra talvez o terceiro dos grandes ciclos da vida dele. O primeiro pode ser considerado como seu período em Minas, sua formação como advogado e sua formação e prática políticas, como professor. Esse ciclo continuou no Rio, em que participou de todo aquele processo político do início dos anos 1960, foi professor na FNFi e trabalhou em uma empresa estatal, a CSN. Em seguida, foi para Brasília, trabalhar como sub-chefe da Casa Civil, junto ao Darcy Ribeiro, na gestão de João Goulart. Esse ciclo foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. Teve um período intermediário, até o final de 1965. O segundo ciclo tem início com sua ida para Costa Rica, na América Central, trabalhando na ONU em um organismo de apoio aos Governos da América Central. O envolvimento que teve nesse período, em parte, tem semelhanças com o que vivenciou antes. Não do ponto de vista político, com uma maior compreensão do papel do Estado e de seu conhecimento teórico sobre o mesmo. Esse aprofundamento foi de grande importância para o apoio que dava aos gestores públicos dos governos centroamericanos. E foi de grande valia para a evolução de seu conhecimento e sua contribuição acadêmica. Seu desligamento da FGV ocorreu em meados de 1969 e está vinculada claramente ao AI-5 e ao Decreto 477, que impuseram a proibição que lhe disse antes, de não poder dar mais aula em qualquer instituição de ensino do país. É na Promon Engenharia que se consolida o terceiro grande ciclo da vida dele, na minha opinião.

**C.E.: – Como foi esse período na Promon?**

**P:** – No início ele trabalhou como assessor jurídico. Posteriormente lhe deram a tarefa de estruturar e implementar uma entidade que garantisse e fosse gestora de um plano de benefícios de previdência privada, complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, para os empregados da Promon, com o propósito de proporcionar aos trabalhadores após sua aposentadoria uma remuneração total, somando o INSS e o benefício complementar, próxima ao valor de seu salário, ao final de sua vida laborativa. Desse trabalho surgiu a Fundação Promon de Seguridade Social. Outras empresas já possuíam entidades com o mesmo propósito e estruturação similar, sendo as maiores patrocinadas por empresas estatais. Eram os casos da PREVI, patrocinada pelo Banco do Brasil, a mais antiga e a maior de todas, a Petros, patrocinada pela Petrobras e suas subsidiárias e coligadas, a FUNCEF, da Caixa Econômica Federal, entre outras que já existiam ou estavam se estruturando. Também empresas privadas estavam estruturando entidades com a mesma finalidade e estruturação, como a CAEMI e a própria Promon, entre outras. Todas elas tinham o mesmo objetivo de prover benefícios complementares ou assemelhados aos seus trabalhadores. Ou seja, todas tinham uma finalidade social como prioridade, que era a seguridade. Sua atividade financeira estava ligada à necessária capitalização dos recursos acumulados para garantir o cumprimento dos compromissos assumidos com os trabalhadores. Essas entidades se contrapunham em seus objetivos e na sua estrutura à previdência privada oferecida ao público por empresas seguradoras, muitas vinculadas a bancos, equivalentes aos montepios de antigamente. Essas empresas ofereciam planos individuais ou similares, ao público, cuja remuneração era vinculada à remuneração dos investimentos que se faziam com os recursos investidos por quem adquiria esses planos, sem vínculo com a remuneração futura do segurado e controlada pela empresa seguradora. As entidades de previdência privadas fechadas surgiram como alternativa voltada a garantir aos trabalhadores de suas empresas trabalhadoras ao se aposentarem uma remuneração total, do INSS mais o benefício complementar, próxima ao valor de seu salário na época de sua aposentadoria. Os Planos de Benefício Complementar oferecidos aos trabalhadores das empresas patrocinadoras, ao garantir aos seus trabalhadores uma estabilidade maior nas suas empresas, uma renda de aposentadoria condizente com seu salário final, cumpria dois objetivos importantes: por um lado garantia uma perspectiva de maior segurança aos trabalhadores das empresas patrocinadoras, principalmente com o fim da estabilidade no emprego e sua substituição

pelo FGTS. Essa perspectiva contribuía para sua permanência em seus empregos, com maior segurança. E por esse motivo passou a constar cada vez mais das pautas de negociação salarial. Pelo lado das empresas patrocinadoras, era um elemento importante para retenção de sua mão de obra, na maioria delas altamente qualificada e que havia contado com elevados investimentos das empresas. A ampla maioria delas eram estatais e cumpriam um papel importante para o desenvolvimento do país, como a Petrobras, a petroquímica Vale do Rio Doce, o complexo Siderúrgico – CSN, USIMINAS, COSIPA –, a EMBRATEL e as Empresas de telefonia, todas as empresas do setor elétrico, geração, transformação e distribuição, fora o setor bancário estatal, da União e dos estados. Essas empresas, para sua evolução, contaram muito com o apoio da União e correspondiam à lógica desenvolvimentista prevalecente naquele momento. E investiram fortemente na qualificação da sua mão de obra, de alto nível. Esses trabalhadores passaram a ser demandados pela indústria nacional que estava se expandindo, em especial os setores de bens de capital, metalúrgico, elétrico e eletrônico e petroquímico. Os planos de benefício complementares oferecidos pelas empresas estatais foram importante fator de retenção de seus funcionários, principalmente os de maior qualificação, pois as empresas privadas não lhes ofereciam a mesma garantia de proteção no futuro, ao final de sua vida laboral. Não há concordância sobre qual desses dois fatores prevaleceu na construção das entidades fechadas. Mas pode-se dizer que os planos de benefício complementar fechados cumpriram as duas funções. Importa destacar aqui que a concepção do meu pai desde o início deste trabalho foi balizada pela importância principal de seu papel social. O econômico era subsidiário e sua função era garantir o cumprimento dos compromissos de complementação previdenciária assumidos com os trabalhadores. Concepção que está alinhada com sua visão de mundo em toda a sua trajetória de vida. No processo de estruturação da Fundação Promon e seu Plano de Benefícios, meu pai teve que se envolver além do Direito, que ele dominava, com outras duas áreas de conhecimento estranhas às suas atividades. Uma era a área de Ciências Econômicas, que ele conhecia mais a nível macroeconômico, mas ali o que era preciso era a visão mais micro, principalmente associada aos investimentos e ao mercado de capitais. Mas o desafio mais sério foi lidar com o conhecimento que era central para a constituição e o equilíbrio do plano: o cálculo atuarial, que é bem complexo, ainda mais nos anos 1970. Para essa tarefa, ele contou com o apoio do Professor Rio Nogueira, considerado o principal atuário e que foi o

principal estruturador dos Planos de Benefício Complementar fechados, em especial na sua construção atuarial. Meu pai trabalhou com o Professor Rio Nogueira na formatação do Plano de Benefícios da Fundação Promon, cada um nas suas áreas de especialização. No plano elaborado a questão central era a garantia aos trabalhadores da Promon um plano de benefícios que lhes proporcionasse uma perspectiva de segurança favorável quando de sua aposentadoria. A concepção central que dá sustentação a esses planos de benefício fechados, e às Fundações que os geriam, é garantir aos trabalhadores das suas empresas patrocinadoras uma remuneração na aposentadoria próxima ao seu salário ao final de sua vida laboral. Nessa época, boa parte dos trabalhadores teriam, em princípio, resolvidos seus principais dispêndios, casa própria, educação dos filhos, etc. Mas em sua idade as despesas médicas tenderiam a ser crescentes. A remuneração complementar é um belo suporte para garantir essas despesas e ainda proporcionar melhores condições de vida ao aposentado e sua esposa. O trabalho do meu pai na estruturação dos planos de benefício complementar fechados com essas características tinha por princípio essa visão. O que mostra seu comprometimento, sua visão com os trabalhadores e com a questão social, prevalecendo sobre considerações econômicas e empresariais. Uma das características mais importantes das entidades fechadas era que seu público era constituído exclusivamente pelos trabalhadores de suas empresas patrocinadoras, seu público era definido internamente. Foram definidas quais seriam as contribuições das patrocinadoras. As patrocinadoras eram obrigadas a fazer um aporte inicial ao Plano de Benefícios. A aplicação desses recursos tinha que ser feita, dentro de limites legais definidos, que garantisse uma capitalização desse patrimônio capaz de arcar com os benefícios assumidos com os trabalhadores participantes. Com a implementação da Fundação Promon de Engenharia meu pai foi indicado seu Diretor Executivo. Nessa época, havia um debate intenso entre entidades abertas e entidades fechadas de previdência privada, em que as primeiras tinham a intenção de torná-las similares, o que não correspondia à realidade, tanto do ponto de vista da concepção e finalidade quanto da estruturação e da operacionalização. O que se expressou em um processo de intensas discussões dos dirigentes das entidades fechadas.

**C.E. — Entre os quais o Oswaldo Gusmão.**

**P.** - Meu pai atuou ativamente nesse processo. Participou das discussões entre as entidades

e seminários sobre previdência privada, em que ficou evidente a diferença fundamental entre as entidades de previdência aberta e as entidades de previdência fechada. E também das discussões de elaboração do Decreto-lei 6435 de 1977, que regulamentou o segmento da previdência privada

**C.E. – Na década de 1970...**

**P.** – Durante a década de 1970 houve o processo de reunião e discussão das entidades fechadas de previdência privada, deixando claro sua diferença essencial com as entidades abertas, principalmente no que diz respeito à finalidade e aos compromissos de ambas. Nesse processo houve uma maior aproximação e articulação das entidades fechadas. Meu pai teve um papel importante nessa articulação, sendo, segundo muitos, sua principal liderança.

**C.E. - Essas discussões são da segunda metade da década de 1970... Seu pai trabalhava na Promon nessa época...**

**P.** - Na Promon ele foi designado para conceber, estruturar e implementar uma entidade de previdência fechada, com o objetivo de gerir um plano de benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, conforme já mencionado anteriormente. Com a conclusão desse trabalho, e sua implementação, o meu pai foi indicado para ser Diretor Executivo da Fundação Promon de Seguridade Social. Como dirigente de uma entidade fechada ela atuou na articulação das demais entidades similares para garantir que seu caráter ficasse claramente expresso em lei, diferenciando-as das entidades abertas. Essas entidades, de forma articulada, tiveram um papel central na elaboração da regulamentação do setor, com uma clara diferenciação entre os dois tipos de entidades, suas atribuições, áreas de atuação, instrumentos oficiais de fiscalização e controle adequados a cada uma, entre outros aspectos. O professor Oswaldo Gusmão teve um papel de destaque em todo esse processo. Por seu conhecimento jurídico, pelo seu conhecimento do Estado, e pela sua participação na estruturação de um Plano de Benefício e de uma Entidade Fechada de Previdência Privada e por sua capacidade de articulação das demais entidades fechadas. Ele teve um papel de destaque nesse processo, reconhecido amplamente pelos dirigentes e profissionais das Entidades Fechadas de Previdência Privada. Como consequência dessa atuação articulada das Entidades Fechadas de Previdência Privadas, surgiu a ideia de se

constituir uma Associação que as congregasse e representasse institucional e publicamente, além de contribuir para formar os seus quadros técnicos. Com esse objetivo foi criada a ABRAPP, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada. Meu pai foi um dos fundadores da ABRAPP, junto com os dirigentes de entidades que participaram do processo que descrevi antes. Por sua liderança foi eleito como o primeiro Presidente da ABRAPP, com mandato de três anos, acho, sendo reconduzido para uma segunda gestão. Ele também foi o presidente do Conselho Deliberativo da ABRAPP.

**C.E. - Quando ele volta para UFRJ, para o IFCS, ele era presidente da ABRAPP?**

P. Sim. Na sua gestão da ABRAPP ele deixou uma marca muito importante, que é uma característica sua. A prevalência nas entidades fechadas de previdência privada, conhecidas também como Fundos de Pensão, de sua função como instrumento de seguridade social, de proteção social aos trabalhadores, o que é um elemento sempre presente em seu pensamento e em seus compromissos, em toda sua trajetória. Tanto no setor público, quanto no privado, e em suas concepções de mundo.

70

---

**C.E. – Mas ele consegue universalizar as preocupações com aquele grupo, a preocupação se universaliza...**

P. – O tema se universaliza, os fundos de pensão crescem muito.

**C.E. – Isso.**

P. – Até hoje são os maiores investidores institucionais do país. Os abertos estão crescendo muito agora. Mas durante muito tempo, os abertos tinham um crescimento muito pequeno em relação aos privados. Até hoje o patrimônio dos Fundos de Pensão é bem superior ao das Empresas de Previdência Privada. Voltando à sua questão anterior, sobre o retorno à UFRJ, ao IFCS, com a anistia ele recuperou o direito de ser readmitido pelas instituições das quais foi exonerado ou desligado em função de atos da Ditadura Militar. Ele reassumiu seu cargo de professor no IFCS, antiga FNFi, e também como assessor jurídico do Ministério do Trabalho, lotado na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo. No IFCS, ele ministrou as disciplinas de *Teoria do Estado* e *Estado e Desenvolvimento*. Como ele residia e trabalhava em São Paulo e o IFCS era no Rio de

Janeiro, e suas aulas eram semanais, ele vinha e voltava toda semana de São Paulo para cá. E é importante lembrar que, nesse mesmo período em que ele trabalhava na Promon e atuou na ABRAPP, ele voltou a ter uma atuação política reservada, coisa que só viemos a saber mais tarde. E foi um dos fundadores do CEBRAP, junto com o Fernando Henrique Cardoso e outros intelectuais, como o Francisco Weffort, o Francisco de Oliveira, o Vinicius de Cadeira Brandt. Ele participou também ativamente do processo de discussão da formação de um partido popular, de um partido de esquerda no Brasil pós-ditadura, quando já começou a se configurar nos anos 1970 o final da ditadura. Havia uma intensa discussão naquela época sobre essa necessidade. Eu lembro, particularmente, como membro do movimento estudantil, que já discutíamos essa questão lá dentro do movimento estudantil, porque começamos a participar de algumas reuniões. Era um tema recorrente nas nossas discussões e reuniões: “vai ter que ter um outro partido, vai ter que ser um partido popular”. Esse processo que abarcou uma parcela importante da sociedade resultou na criação do Partido dos Trabalhadores, com Lula na liderança e outros sindicalistas, intelectuais, e figuras importantes da esquerda brasileira como Olívio Dutra, Jacó Bitar, José Ibrahim. Apolônio de Carvalho, Francisco Weffort, Marco Aurélio Garcia, o José Dirceu, entre outros. Meu pai e o Fernando Henrique, que estavam participando daquele processo, resolveram não participar do PT, por algumas divergências políticas. Meu pai achava que tinha que ser mais democrático, que tinha uma predominância muito acentuada dos novos sindicalistas. Essa é minha opinião pessoal.

**C.E. — Ele se filiou a algum partido depois da anistia?**

**P.** — Ele não entrou em nenhum partido e meio que se afastou da política

**C.E. — Dessa discussão pública?**

**P.** — É. O que saiu como PMDB não era o que ele imaginava. Ele viu que era uma mistura danada, sem consistência política. Ele não gostou do “acordão” que foi feito com o PMDB para sair da ditadura. Teria que ser mais agressivo, incisivo. Mas ele também não tinha uma identidade próxima com o PT. Então não era, ele preferiu se afastar.

**C.E. — No IFCS ele fica até a aposentadoria compulsória dele, até 1992?**

**P.** — Até a compulsória. Eu acho que ainda ficou, não sei como ficou, porque provavelmente ele ainda deveria ter...



**C.E. — Orientandos...**

**P.** — Orientandos... e eu não sei como que ficou.

**C.E. — E ele dava aula sobre Estado?**

**P.** — Ele dava aula sobre duas matérias, uma em cada semestre, que eu saiba, *Teorias do Estado e Estado e Desenvolvimento*. E ele tinha um conhecimento profundo. Ele lia muito, tanto literatura como isso, esses clássicos de Estado e, como eu te disse, o pessoal da Cepal, que tem um grande trabalho sobre isso e com uma ótica específica, própria para a América Latina. Os dois principais teóricos da CEPAL eram o Raúl Prebisch e o Celso Furtado. Celso Furtado, um de seus principais pensadores. Ele conhecia bem também o pensamento de sobre Teoria do Estado em outros níveis, as concepções do Estado dentro do pensamento marxista, em suas diferentes variações, e mesmo dentro de outras vertentes de pensamento.

**C.E. — Ele tinha um interesse na visão gramsciana em particular?**

**P.** — Eu acredito que fosse mais eclético, mas predominavam no pensamento dele as concepções socialistas, em diferentes matizes, e as concepções cepalinas sobre o Estado e o desenvolvimento latinoamericano. Apesar de todo subdesenvolvimento da Itália, não se compara ao que é a América Latina. Quem passou a olhar a América Latina como América Latina foi a Cepal, por intelectuais como Prebisch, José Nun, Osvaldo Sunkel, Aníbal Pinto, Fernando Henrique, Maria da Conceição Tavres e, em especial, o Celso Furtado que é uma figura muito central nesse processo. E esse pessoal é que passa a ter um olhar e passa a formular uma teoria e com essa crítica, “olha, não dá pra pensar a América Latina com um olhar deles”.

**C.E. — Em uma linha desenvolvimentista.**

**P.** — Em uma linha desenvolvimentista. De uma necessidade de desenvolvimento para superar os entraves, os obstáculos da América Latina, até por conta de uma das questões centrais, que é a questão fundiária, a própria questão de dependência dos nossos pagamentos, quer dizer, o negócio de ser agrário-exportador, o negócio de termos de troca... Mas a visão dele estava muito adiante, na verdade ele acaba tendo que construir,

principalmente, *Estado e desenvolvimento...* aí tinha que se pensar o desenvolvimento para a América Latina, particularmente o Brasil. Aí você tem coisas com certeza do Gramsci, do próprio Marx e de outros e que contribuem muito, do próprio Poulantzas, do Lenin... Na CEPAL, vários de seus principais pensadores não são marxistas. Raul Prebisch é um keynesiano e o Furtado pode ser considerado um pensador eclético. Ele tem fundamento em muitas teorias, uma capacidade de síntese fantástica, e de formulação teórica nova, em diferentes áreas do pensamento. A teoria do desenvolvimento do Furtado tem cerca de meio século, e é absolutamente nova, e é pouco explorada até hoje. Esses livros, ele [Oswaldo Gusmão] guardava, era coisa que ele lia, que ele usava. Isso faz, não sei se fica mais ou menos claro do que estou falando, tudo que eu tento contextualizar, no que eu acho, no que eu sinto que é o pensamento dele, como vai evoluindo, com as vindas e contravindas por conta da própria realidade. Ao mesmo tempo que ele vai para a ABRAPP, ele tem uma visão social daquele implemento, quando ele larga e se afasta da vida política, aí ele se concentra muito em dar aula, ele está ligado ao negócio da ABRAPP ainda, fica muito ligado durante um tempo, depois se afasta, quer dizer, não é que se afaste, ele fica mais no conselho deliberativo, ele sai, ele se recusa ao terceiro mandato, ele falou que não, ele era absolutamente contra, não aceitou, não quis esse tipo de coisa, e ele ficou vinculado à Promon e passou um tempo, daqui a pouco ele também se aposenta da Promon, que foi mais ou menos no mesmo período, eu não sei exatamente as datas, e do Ministério do Trabalho e, na época da compulsória, aí não sei como que ficou.

**C.E. — Ele havia voltado também para o Ministério do Trabalho depois da anistia.**

**P.** — Ele volta para o Ministério do Trabalho, lotado na Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo. Ele ia alguns dias lá, dava plantão e pegava processos para dar parecer em casa, acho eu. E fica na universidade.

**C.E. — Basicamente na pós-graduação?**

**P.** — Basicamente na pós.

**C.E. — E quando ele se recolhe completamente, ele vai se dedicar à literatura e na literatura tem uma coisa que caracteriza um pouco ele...**

**P.** — Pois é, isso em que eu ia entrar agora. Aí quando ele para de trabalhar, se aposenta,

ele muda de mundo, vamos dizer assim, e o mundo que ele faz é um mundo mais interior, o mundo em que ele mergulha, que é um mundo de recuperar o que era um sonho da juventude. Ele produz dois livros e tem um terceiro inacabado, não sei como que está, a gente descobriu inclusive que ele fez poesias, essas poesias são antigas, feitas à máquina, à máquina ainda, quer dizer, eu estou mesmo para pegar e ler e ver o que a gente faz com isso, porque as coisas são mais herméticas até, a característica que você falou, ele tem muito uma coisa, eu não diria que é um jeito do Guimarães [Rosa], mas é um jeito do Guimarães também, porque é aquele “olhar o pequeno”, olhar a pessoa simples, os conflitos simples das pessoas, que são cotidianos, de pessoas que não são heróis ou destaques ou coisa do tipo, quer dizer, mas eles têm aquela vida, para aquele momento eles têm a sua... eles lidam com dilemas da vida humana. No primeiro livro, *Festa das Almas* [de 1992] são quatro contos. *Barra do Poté* [de 1998] é uma novela. E têm isso, têm muita essa característica do olhar, do olhar as pessoas, do olhar o que que é... não era uma mera preocupação com um grande evento ou coisa do tipo, é muito mais com aquele conflito, aquela vida, aqueles conflitos do cotidiano daquelas pessoas mais simples, então tem gente, tem coisas de cidades mineiras pequenas, do interior, tem coisa de – eu não sei se é no Rio de Janeiro que se passa – mas é uma, não sei se é isso, mas uma balconista de loja, algo que se passa dentro da cidade, mas com pessoas simples, que moram, trabalham, aquelas pessoas que não são notadas.

#### **C.E. – Invisibilizadas.**

**P.** – Tem uma fala do [Eduardo] Galeano que diz mais ou menos que o escritor seria aquele que vê as coisas pequenas, mas com o olhar para as estrelas. Olhar tudo que é pequeno, que merece ser observado, contado e, ao mesmo tempo, saber estabelecer a relação com aquilo do que é maior. E o que é maior, embora ele não deixe explícito, seriam os grandes sentimentos, os sentimentos maiores das pessoas, que estão em todas as pessoas. Embora meu pai não explicita isso, é isso que os personagens trazem, a própria questão da morte, a questão do amor, mas isso do lado de como é que as pessoas simples vivem isso, vivem esses conflitos, então eu acho que isso a própria literatura que ele pega ou lê tem muito disso, *Cem Anos de Solidão* em parte, Cândida Erêndira, ou mesmo o autor a que ele estava mais ligado, um mestre para fazer isso, que é o Mia Couto, que conta histórias do cotidiano do interior da África e é bem intenso o jeito dele...

**C.E.— E quando ele partiu?**

**P.** — Meu pai morreu em agosto, 5 de agosto [de 2015], de madrugada. Minha esposa e eu saímos cedo, fomos para São Paulo. Meu irmão ligou de madrugada, e no início da manhã minha esposa e eu fomos para São Paulo. No caminho, eu liguei para a ABRAPP para avisar ao Devanir da Silva, e passar as coordenadas, onde o corpo estaria sendo velado. Cheguei lá, já tinha o Ivan e o Jorge, que eram da ABRAPP. A ABRAPP foi extremamente solidária e resolveram fazer uma homenagem a meu pai, conferindo-lhe o Prêmio de Seguridade Social, entregue às pessoas que se destacaram no segmento, por sua importância na criação e evolução do Sistema Fechado de Previdência Fechado. Meu irmão e eu fomos receber aquela homenagem, que é aquele prêmio que te mostrei. Após recebermos o prêmio várias pessoas vieram conversar conosco, uns que participaram com ele deste processo, outros que o acompanharam posteriormente, sempre destacando sua importância, sua liderança e a firmeza de suas ideias, mas sempre acompanhada de uma grande capacidade de diálogo. Na fala, eles mencionaram *en passant* que ele tinha sido professor universitário, trabalhou no governo, mas aí realçaram de fato o papel dele na ABRAPP, na previdência privada complementar, a previdência complementar fechada. Vieram conversar com a gente, pessoas que conheciam ele, quer dizer, algumas pessoas o conheceram nesse sentido, desse mundo, não é o negócio dele falar. Eu tive com o Waldir Pires, que era uma pessoa de que ele gostava muito, que se elegeu vereador de Salvador, se eu não me engano na eleição passada. E o Waldir, eu cruzei com ele pela primeira vez foi em um fórum social mundial lá em Porto Alegre, um em 2002 ou em 2003, um deles, e eu falei que era filho do meu pai e ele ficou e a gente conversou um bocado na segunda vez que minha esposa e eu, eu não sei em que ano, a gente já morava no Rio, na Avenida Atlântica, nos encontramos com ele e ele tinha saído já de ministro da Defesa e ele contou muito daquele tempo, de como é que foi, das pessoas que estavam ali, dele, do Darcy, do meu pai e de outros de que ele falou também, quer dizer, era uma pessoa importante daquele momento, o Waldir, e que se tornou importante depois também, ministro, governador da Bahia, depois ministro de novo, deputado, vereador. Eu tive com ele e ele sempre foi muito afetuoso, ele tinha um carinho muito grande pelo meu pai, meu pai também por ele quando falei que o encontrei, ficou muito feliz, era uma das figuras mais queridas do meu pai, se não me engano. Mas o Waldir era muito do espaço do

governo.

**C.E. — Ele se limitava às pessoas que ele conhecia em cada esfera...**

**P.** — A gente não tinha informação. Eu acho que tinha um negócio meio dele disso... Provavelmente as pessoas sabiam, quando estavam na FNFi com ele, muitos deviam estar em processo de ISEB, que naquele momento estava em um momento muito conturbado, e quem estava no governo também estava muito focado no que tinha que ser feito, ali você estava no olho do furacão, não tem muito jeito, então esse tipo de coisa, é aquele negócio, não misturava a gente, a família e... Conversava as coisas, conversava, aí eu posso te contar, falar muita coisa, mas eu te digo, impressão minha, tem muito mais coisas de impressão, coisas que sei que digo, mas não tenho certeza absoluta, que não lembro direito como é que ele disse, as circunstâncias, pode ter sido uma conversa depois do almoço, talvez algum dia em que eu fui lá no escritório dele, ele estava pintando, ele estava escrevendo, a gente começou a conversar, surgiu um assunto... Eu tenho para mim uma coisa e que eu acho uma pena que se perdeu um pouco com ele, que ele tinha um conhecimento muito grande de teoria do Estado, particularmente da relação do Estado com o desenvolvimento, e eu cheguei a falar com ele: “olha, isso é uma coisa que falta, faz falta nem que seja uma compilação de textos, uma organização de textos e divulgar isso”. Pelo que eu sei das pessoas da própria vivência que tive na USP, você percebia que era uma coisa que fazia falta e que ele tinha capacidade de produzir aquilo, pelo conhecimento que ele tinha do que tinha sido escrito antes e está escrito agora e os contatos que ele tinha de pessoas que naquela época podiam produzir, que é o que um organizador de livros normalmente faz. Mas ele transmitiu isso muito em aula, só o fato dele dar essas duas disciplinas, *Teoria do Estado* e *Estado e Desenvolvimento*, em dois semestres separados, e provavelmente pegando a mesma turma, em um semestre e no outro, imagino eu, provavelmente deu uma contribuição grande para uma discussão e em um momento que foi de uma certa efervescência grande política, nos anos 1980, e teve essa discussão. Teve essa participação no início dos anos 1960, foi cortado, mas depois ele teve uma discussão dessas, mais aí voltado muito para um grupo de estudantes.

**C.E. — Paulo, eu agradeço muito de a gente poder fazer essa entrevista sobre a trajetória do professor Oswaldo Gusmão e lhe pergunto se quer fazer alguma**

**menção a algum acontecimento que a gente deixou de fazer...**

P. — O corte em 1964 interrompeu muitas carreiras de professores. E com isso toda uma linha de pensamento e de estudantes que também estavam absorvendo essa linha de pensamento e que tiveram que sair do país e muitos deles tomaram outros rumos, os que voltaram e os que simplesmente nem sequer saíram, não chegaram a sair, aconteceram outras coisas com eles. Mas de qualquer forma você cortou ali todo um... não é simplesmente uma ideia, é uma ideia que está corporificada em um grupo de pessoas, em um conjunto de pessoas, que estavam muito ligadas com uma nova concepção de mundo ou com um pensamento ou outro de Ciência Política. Cortou-se um pensamento, cortou-se aquela linha de pensamento simplesmente afastando essas pessoas ou tirando elas fora, sei lá, dependendo do movimento, se a pessoa teve envolvimento maior, que rumo que tomou a própria vida delas... Mas, de qualquer forma, aquele grupo todo foi... os estudantes que estavam no movimento de resistência, os que foram e continuaram na resistência, entraram em um processo de repressão ou foram exilados ou foram presos, sei lá o quê, então muitos se calaram, não tiveram muito como reagir mais e não tinham o espaço para desenvolver mais aquelas ideias. Aquilo acabou ali. E que eu saiba, não foi retornado depois, eu não sei depois de 1980 como que ficou isso, depois da volta deles depois da anistia. Se eu não me engano, ele não entrou em 1979, não voltou em 1979, voltou em 1980 para o IFCS, não sei a data exata, não sei se 1979 ou 1980, foi logo depois que saiu a lei da anistia. Pediram para ele voltar e tal, que precisavam, muito por conta disso, precisavam de quadros competentes, históricos, que voltassem a dar aulas exatamente porque tinha uma carência grande, porque aquele período dos 21 anos, e nem tinha tido os 21 anos ainda, foi trágico para esse tipo de coisas. Se você pegar do ponto de vista das próprias pessoas políticas que existiam naquela época ou mesmo que existia na década de 1980, o que está acontecendo hoje não estaria acontecendo. Tinham figuras, uns mais de centro, centro-direita e pessoas mais à esquerda, ou mais democratas em geral, todas elas muito imbuídas de espírito democrático, mesmo que gere uma democracia representativa forte, mas tinha respeito aos Direitos Humanos, você tinha o próprio Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio, Waldir Pires, meu pai, Darcy Ribeiro, o próprio [Mário] Covas veio logo depois, mas sempre teve essa postura, quer dizer, vai para o PSDB, mas dentro do próprio PSDB ele era

considerado um quadro de esquerda, então todo esse movimento dessas pessoas isso foi muito cortado. Logo depois o próprio Rubem Paiva, acontece o que aconteceu com ele, quer dizer, então há um corte e figuras importantes que poderiam ter continuidade teriam outra dimensão. Poderiam não ter inserção, mas se tivessem, poderiam ter um papel importante? Provavelmente teriam, até por conta de suas características, o próprio Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luiz Travassos, a Guga, Maria Augusta que foi da Petrobras agora recentemente, morreu em um acidente, que foi trocada pelo embaixador americano. Então essas figuras teriam todas uma trajetória diferente. O Franklin Martins teria toda uma outra trajetória, quer dizer, que saía muito de ter ido parar na *Globo* como ele acabou indo, embora tenha tido uma trajetória jornalística, mas todo um leque de pessoas e, principalmente do mundo político, de parlamentares e tudo o mais. Eu me lembro o Congresso no começo dos anos 1980, era uma outra coisa, que o peso do Ulisses Guimarães naquele Congresso era uma coisa fora do normal, e não era só o Ulisses, o próprio Fernando Henrique, como senador, o Covas, a própria bancada do PT, o Genoíno em um primeiro momento, o Gushiken depois, o José Dirceu, o Aluizio Mercadante, o Serra... Por mais críticas e discordâncias que eu tenha de alguns deles, são pessoas com espíritos democráticos e não deixariam esse tipo de coisa acontecer. O Serra pode ter se envolvido, mas o Serra está sozinho nessa história, eu não sei se a postura do Serra seria essa ou não. O próprio Fernando Henrique. Mas lá atrás a postura deles não era esta, porque eles estavam ligados a outro conjunto de pessoas. Claramente, no meu entendimento, eu vivi o governo deles. Para mim, foi um dos melhores governos que São Paulo já teve, que eu vivi, foi o do Franco Montoro, e que era um democrata antes de tudo, embora um democrata cristão, mas era um democrata. O Tancredo era um homem de princípios democráticos, conservador, mas de princípios democráticos muito rígidos, muito claros, não daria o que o governo Sarney deu com certeza. De repente as pessoas são obrigadas a tomarem rumos que... fazer o quê? Uma coisa é você estar em um processo do pensamento, outra é você estar lá fora organizando comitês de anistia, e que não foi todo mundo, teve muita gente que não entrou nessa, que saiu e sequer voltou. Então tem muita gente que tem todo esse processo, que eu acho que o próprio retorno dele [Oswaldo Gusmão], ele voltou com uma outra inserção na iniciativa privada, depois ele misturou com inserção acadêmica, a situação dele no Ministério do Trabalho não é uma situação importante, e depois ele vai para a literatura, quer dizer, aí volta para contar

ao mundo em que as histórias dele não são histórias grandiosas, são histórias desse pequeno mundo. Eu não sei se te respondi...

**C.E. — Respondeu sim. Agradeço muito!**